

ISSN

working papers/textos para discussão
número 10 ▪ novembro 2014

Perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma

Eric Gil Dantas (ufpr; nusp)
Adriano Codato (ufpr; nusp)
Renato Perissinotto (ufpr; nusp)

Eric Gil Dantas é mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

Adriano Codato é Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordena o Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>).

Renato Perissinotto é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pesquisador do CNPq.

Resumo:

Este trabalho analisa a origem e o perfil dos indivíduos recrutados para assumir diretorias do Banco Central do Brasil (BCB) no período compreendido entre os dois mandatos do governo Cardoso (1995-2002), nos dois do governo Lula da Silva (2003-2010) e no governo Dilma Rousseff (2011-2014). A hipótese a ser testada aqui é que existem duas formas predominantes e distintas de recrutamento para essas diretorias. Tudo depende se a diretoria é responsável, ou não, por formulação de política econômica. Chegamos às seguintes conclusões: (i) no caso das diretorias que lidaram com política monetária e política cambial, a maioria dos diretores foi recrutada fora do Banco Central, principalmente no sistema financeiro e em escolas do pensamento ortodoxo econômico brasileiro, como Fundação Getúlio Vargas e PUC-Rio; e (ii) no caso das diretorias responsáveis por atividades de fiscalização e normatização bancária, ou por políticas relacionadas a assuntos internos ao Banco Central do Brasil, os profissionais foram recrutados entre os quadros concursados do próprio BCB. Esse padrão de recrutamento já foi detectado por Olivieri (2007) para os governos do período de 1985 a 2000. Neste aspecto os governos pós-ditatoriais diferenciam-se apenas nas proporções do fenômeno, seguindo, em geral, uma mesma tendência quanto ao tipo de recrutamento dos escalões superiores para o Banco Central do Brasil.

Podemos dividir a literatura sobre Banco Central de forma bastante ampla em duas grandes áreas: (i) as que discutem sobre como estas instituições podem garantir o *accountability*, ou seja, como se posicionar entre a independência/autonomia do Banco Central e uma sociedade democrática¹; e (ii) as que analisam os dirigentes destas instituições, estudando suas formações acadêmicas, carreiras e o perfil dos indivíduos que entram nas distintas diretorias destas instituições. Encaixamo-nos nesta segunda grande área, mas com conclusões que servem de subsídio ao debate da primeira, pois não é possível discutir a autonomia de uma instituição sem conhecer a quem dar tal autonomia.

O objetivo deste paper é analisar o contorno social e o perfil de carreira dos dirigentes do Banco Central do Brasil (BCB) comparando as equipes que serviram nos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). Além disso, propõe-se testar se há diferenças entre os perfis dos recrutados para as diferentes diretorias do Banco Central, na linha de pesquisa de (Olivieri, 2007). A hipótese a ser testada aqui é que existem duas formas predominantes e distintas de recrutamento para essas diretorias e que o perfil dos seus comandantes varia significativamente se a diretoria é responsável, ou não, por formulação de política econômica.

O paper está dividido em três partes. A primeira descreve as funções e a estrutura do Banco Central do Brasil hoje. A segunda apresenta a literatura disponível sobre dirigentes de Bancos Centrais. Na terceira organizamos os achados da pesquisa e discutimos o seu significado.

Bancos centrais e o Banco Central do Brasil

Bancos centrais são instituições criadas no século XIX, apesar de alguns bancos que deram origem a essas instituições de governo terem nascido já no século XVII, como é o caso do principal modelo de Banco Central, o Banco da Inglaterra². No entanto, o boom de surgimento destes bancos, nos Estados-Nação, se deu realmente no século XX, passando de 18 instituições a 161, da primeira a última década deste século (Novelli, 1999).

Existem vários tipos de organizações de bancos centrais, distintos inclusive do próprio BCB, como demonstra Saddi (1997). O modelo brasileiro é diferente, por exemplo, do mais importante dos bancos centrais do mundo, o Federal Reserve (Fed), criado apenas em 1914 após duas tentativas fracassadas do Congresso americano definir uma autoridade monetária para o país. O Fed, como seu próprio nome diz, é organizado federativamente, tendo 12 bancos federais nas principais cidades do país, e como conselho diretor um órgão federal central, o Federal Reserve Board, localizado na capital, Washington. Seu sistema mescla representação pública e privada, diferente da maioria dos outros bancos centrais (Saddi, 1997).

¹ Ou como Sola, Garman & Marques disseram, “[...]a quem os banqueiros centrais deverão prestar contas? Quais seriam os limites da transparência?” (p. 121).

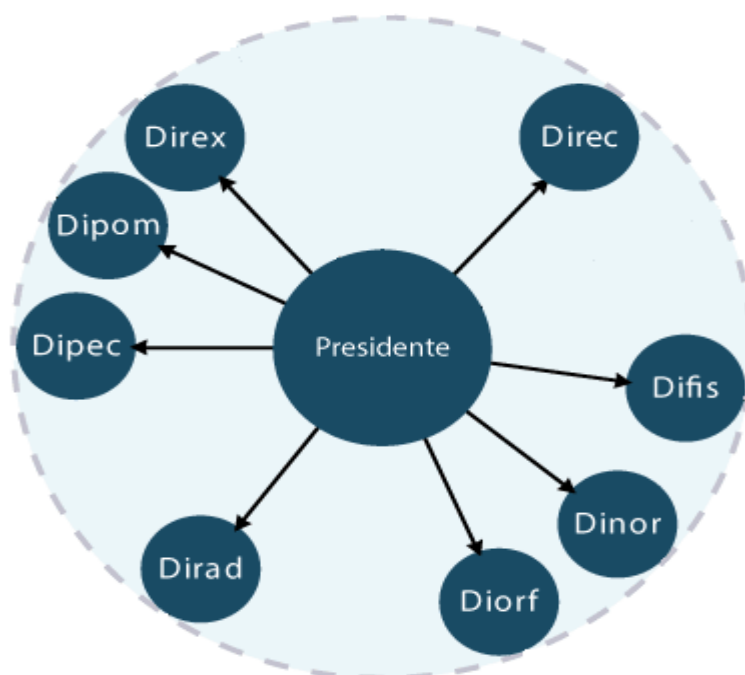
² “O Banco Central da Inglaterra foi fundado em 1694, por um ato do Parlamento, com o objetivo explícito de emprestar dinheiro ao Governo, que se encontrava em dificuldades financeiras. Desde o começo de suas atividades, o Banco da Inglaterra desenvolveu uma estreita associação com o Governo, obtendo grande ascendência sobre os demais bancos devido aos privilégios de que gozava como, por exemplo, o privilégio da emissão de notas bancárias. O Banco continuou a exercer as suas atividades privadas de banco comercial, assumindo paulatinamente as funções de um Banco Central.” (Carvalho, F... [et al.], 2007, p. 14-5)

Criado em 31 de dezembro de 1964 pela lei 4.595, após longas discussões e embates de qual seria afinal de contas a sua função³, o Banco Central do Brasil segue as típicas funções de todos os bancos centrais: (i) emissor de papel-moeda e controlador de liquidez; (ii) banqueiro dos banqueiros; (iii) regulador do sistema monetário e financeiro; e (iv) depositário de reservas internacionais (Carvalho, F... [et al.], 2007). Além disto, diferentemente do Fed, o Banco Central do Brasil é uma instituição unicamente pública.

Na criação do BCB havia sido definida a composição da direção em quatro indivíduos (um presidente e três diretores). Ao longo de sua história houve mudanças no número de diretores que compunham esta instituição. Hoje existem oito diretorias e uma presidência, como se pode ver na figura 1, abaixo.

Figura 1

Organograma do Banco Central do Brasil: diretorias e presidência



Fonte: BCB <http://www.bcb.gov.br/?ORGANOGRAMA>

As diretorias são: de Administração (Dirad), de Política Monetária (Dipom), de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx), de Fiscalização (Difis), de Regulação (Dinor), de Política Econômica (Dipec), de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural (Diorf) e de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc).

As nomeações dos diretores são, constitucionalmente, função do Presidente da República. No entanto, na prática são feitas pelo Presidente do BCB (este último escolhido, sim, pelo Presidente da República). Apesar de nomeados pelo Presidente, há uma sabatina

³ As formas precedentes ao BCB (do primeiro Banco do Brasil à Superintendência da Moeda e do Crédito) e debates entre governantes e economistas podem ser visto em trabalhos como Raposo (2011) e Novelli (1999).

no Senado Federal, o qual precisa aprovar formalmente cada um desses dirigentes⁴. Para deixarmos mais claro como se dá a nomeação dos diretores do Banco Central do Brasil, o processo burocrático pode ser descrito tal como está no Jornal do Senado Federal:

Presidente e diretores do Banco Central, ministros de tribunais superiores e embaixadores, entre outras autoridades, são indicados pelo presidente da República. No entanto, os escolhidos só podem tomar posse depois de sabatinados e aprovados pelo Senado, em votação secreta. É o que dispõe o artigo 52 da Constituição Federal.

O processo de indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central se iniciou com uma mensagem presidencial ao Senado, com o nome, qualificação e curriculum vitae do candidato. A matéria foi lida em plenário e enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, que marcou reunião para arguir o candidato sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado. A sabatina é pública.

A aprovação se dará por maioria simples (metade dos presentes mais um), com presença de maioria absoluta dos membros da comissão. A votação é secreta, ou seja, os Anais da Casa não registram quais os senadores que votaram contra ou a favor do candidato, somente seu resultado.

Numa segunda etapa, a indicação de Fraga será debatida e votada em plenário, mas sem necessidade da presença do candidato. Como na comissão, o nome precisa ser aprovado por maioria simples, em votação secreta. (Jornal do Senado, 1999).

Já tendo uma ideia melhor do que é o Banco Central do Brasil, suas funções e como este se organiza, passemos à discussão da literatura.

Os dirigentes e os Bancos Centrais: uma discussão bibliográfica

Há quatro trabalhos que contribuíram para a análise dos dirigentes do BCB⁵.

Loureiro (1997), Novelli (1999) e Olivieri (2007) analisam a origem de diretores do BCB, cada um com um marco temporal diferente, além de outras questões como os tipos de recrutamento, formação acadêmica, autonomia do Banco Central e redes sociais para o seu recrutamento⁶. Já Adolph (2013) trata da influência da carreira – anterior e posterior à

⁴Como os dirigentes do BCB estão “na conta do Presidente”, estas acabam sendo aprovações meramente formais, pois, ao menos entre 1988 e 1999 (1988 por conta da nova Constituição) todas as indicações foram aprovadas (Anastasia, 2000 apud. Olivieri, 2007).

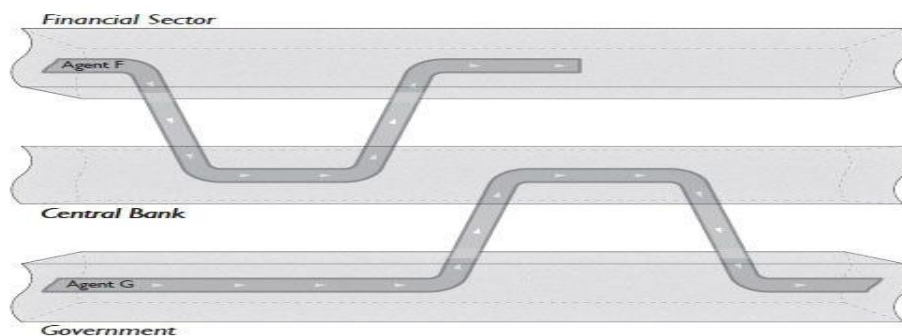
⁵ Há outras referências tão importantes quanto na literatura da Ciência Política sobre Banco Central. No entanto, possuem focos diferentes. Sola, Kugelmas & Whitehead (2002) estão preocupados com a “governabilidade democrática e autoridade monetária”. Raposo (2011) foca-se na história do BCB e na mensuração da oscilação de autonomia dada a esta instituição pelo governo brasileiro.

⁶ Ver também o trabalho de Rua (1997), que sugere a existência de uma notável situação de controle privado de uma agência pública de indiscutível relevância, o Banco Central, na condução de atividades que afetam profundamente a sociedade. Além de Rua, mais uma contribuição veio em recente tese apresentada, onde Kessler (2013) faz um resgate da bibliografia sobre sistema financeiro na Ciência Política e também analisa a influência dos banqueiros na política monetária durante o regime de alta inflação no Brasil,

entrada na instituição – de *policymakers* em diversos Bancos Centrais ao redor do mundo na formação das preferências individuais de cada um e, conseqüentemente, na formulação da política monetária destas instituições. Nos quatro trabalhos citados a presença de dirigentes vindos do sistema financeiro é detectada⁷.

Adolph (2013) expõe duas origens de recrutamento destes dirigentes, do “setor financeiro” e do “governo”, tal como mostra a figura abaixo.

Figura 2
Trajétórias de carreiras e contextos institucionais



Fonte: Adolph (2013)

Adolph elabora esse fluxograma para se contrapor ao “mito da imparcialidade da burocracia”, expressão utilizada no subtítulo de sua obra. Para o autor, “career path tell us where agents have been, and where they are likely to go” (Adolph, 2013). Isso significa muito simplesmente que carreiras importam para conhecer instituições de governo e que aqui, mais ainda, carreiras entre o Estado (burocracia pública) e o mercado (setor financeiro) são decisivas para entender o papel, as decisões e o grau de autonomia de bancos centrais.

Este fluxo entre o Estado e o mercado dos seus dirigentes explicaria, em parte, o comportamento dos Bancos Centrais em relação à política monetária. Segundo o autor,

Understanding central bankers’ monetary policy preferences begins with central bankers’ career paths and career concerns. A central banker’s career background may influence his personal beliefs about the idea tradeoff between inflation and output stability, while at the same time providing the

a partir de cinco perspectivas teóricas diferentes: Elitista, Pluralista, Escolha Racional, Marxista e Neo-institucionalista.

⁷ Posen (1995) destaca que este é um grupo com lobby no Banco Central, no caso o Federal Reserve, quando discute os custos da inflação, ao dizer que “first, inflation has significant redistribution effects, with identifiable groups more harmed by inflation; second, those groups that are most harmed (i.e., benefit most from price stability) have the most prominent role as lobbyists over monetary policy; third, certain national political structures determine the influence of interest-group lobbying on monetary policy; and fourth, without effective lobbying by inflation opponents, the political cost of disinflation would lead to government pressure on central banks to ease policy. Central bank independence arises from the desires of an interest group that is more committed to price stability than is the median voter to reducing the central bank’s risk in pursuing anti-inflationary policies” (p. 256).

basis for an exchange: future careers for the central banker; policy influence for the shadow principal providing the central banker's next job. (Adolph, 2013)

Para Adolph, os planos futuros dos dirigentes desses bancos centrais podem influenciar nas suas preferências e nas suas tomadas de decisão de forma indireta: o desejo de esses agentes avançarem em suas respectivas carreiras e obter sucesso profissional. A perspectiva de progressão na carreira – seja dentro da organização, no caso o Banco Central, seja para outra organização, fora dele – cria um incentivo para um agente agradecer não só os seus superiores diretos, mas qualquer um que possa ajudá-lo em seu sucesso profissional.

Loureiro (1997) afirma que

Após uma passagem, mais ou menos longa, por cargos no governo, a maioria dos acadêmicos não retorna à universidade, no sentido de vê-la como seu espaço de ação profissional mais importante. Eles preferem seguir carreira no setor privado, abrindo empresas de consultoria, nas quais têm oportunidade de rentabilizar os 'capitais' de informação e de conhecimento acumulados durante sua experiência em organismos governamentais. (Loureiro, 1997, p. 90)

Loureiro (1997) reconstrói a origem de diretores e presidentes do BCB desde sua criação e início de operação, em 1965, até 1995.

Tabela1
Carreiras e formação educacional dos dirigentes do
Banco Central do Brasil (1965-95)

Cargos e tipos de carreiras	Total		Com cursos de pós-graduação				
	Nº	%	Brasil	EUA	Outros países	% de pós-graduados	% de pós-graduados nos EUA sobre o total de pós-graduados
Presidentes	18	100	2	12	2	88,8	75
Acadêmicos	8	44,4	1	7	-	100	87,5
Burocratas	6	33,3	-	2	1	50	66,6
Iniciativa privada	4	22,2	-	3	1	100	75
Diretores	50	100	15	14	3	64	43,7
Acadêmicos	14	28	2	10	2	100	71,4
Burocratas	23	46	9	2	-	47,8	18,1
Iniciativa privada	13	26	4	2	1	53,8	28,6

Fonte: Loureiro (1997)

A tabela 1 esconde a mudança do perfil dos diretores recrutados ao longo dos diferentes governos. Novelli (1999) observa que,

dos 73 diretores que passaram pelo BCB desde o governo Figueiredo, nota-se que 30 deles (41%) – independentemente de onde tenham iniciado sua carreira – apresentaram algum vínculo com o sistema financeiro privado. Os

diretores que tinham este vínculo representavam, no governo Figueiredo, 3 (25% do total); na “equipe” escolhida pelo presidente eleito Tancredo Neves, 5 (62%); no Governo Sarney, 9 (43%); no Governo Collor, 5 (50%); no Governo Itamar Franco, 5 (38%); e no Governo Fernando Henrique, 3 (33%). (Novelli, 1999, p. 118).

O governo Figueiredo (1979-1985) marcou uma mudança decisiva nos quadros do BCB, os quais pararam de ser ocupados por funcionários do Banco do Brasil cedidos à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Houve um crescimento importante do que Loureiro chamou de “iniciativa privada” e Novelli destacou como oriundos do sistema financeiro privado.

Os estudos de Loureiro (1997), de Novelli (1999) e de Raposo (2011) fizeram uma análise diacrônica da agência desde os começos do Banco Central do Brasil, em 1965, e, com isto, conseguiram monitorar várias oscilações na forma de recrutamento da instituição⁸. Agora que a estrutura e os mecanismos de nomeação burocrática da agência já estão consolidados, podemos tentar compreender a lógica desse processo.

Olivieri (2007) estudou o perfil de 13 presidentes e 55 diretores do BCB de 1985 a 2000, dividindo as diretorias em duas categorias, (i) diretorias de políticas monetária e cambial⁹; e (ii) diretorias de fiscalização, normatização e administração¹⁰. As primeiras seriam responsáveis pela elaboração de políticas macroeconômicas e seriam ligadas à Presidência da República, pois influenciariam diretamente na política econômica geral do governo. Já as segundas estariam envolvidas com atividades de fiscalização e normatização bancária e com assuntos internos do Banco Central.

Sabe-se que as diretorias de políticas monetária e cambial – Bancária (Diban), de Mercado de Capitais (Dimec), da Área Externa (Direx), de Política Monetária (Dipom) e de Política Econômica (Dipec) – são mais importantes para o Banco Central e influenciam imensamente a economia real. Os *policymakers*, os diretores que compõem esse grupo de agências, são, em sua maioria, advindos de fora do Banco, sendo tanto do sistema financeiro, quanto de instituições de ensino, compondo 78% do total. Já no caso do segundo grupo – diretorias de Fiscalização (Difis), de Administração (Dirad) e de Normas (Dinor) –, a maioria dos diretores é recrutada dentro da própria burocracia em 75% dos casos (Olivieri, 2007, p. 154).

⁸ Tanto Raposo (2011) quanto Novelli (1999) reconstroem o confronto entre grupos empresariais, acadêmicos e políticos acerca da real função do Banco Central e da sua autonomia diante dos políticos eleitos.

⁹ Inclui as diretorias Bancária (Diban), de Mercado de Capitais (Dimec), da Área Externa (Direx), de Política Monetária (Dipom) e de Política Econômica (Dipec).

¹⁰ Inclui as diretorias de Fiscalização (Difis), de Administração (Dirad) e de Normas (Dinor).

Quadro 1
Composição das diretorias do BCB (1985 – 2000)

Cargos	Profissionais	Burocratas
Direitorias de políticas monetária e cambial	25	7
Direitorias de fiscalização, normatização e administração	6	18

Fonte: Olivieri (2007)

No total, entre 1985 a 2000 56% dos diretores foram recrutados de fora do BCB, enquanto os outros 46% eram burocratas concursados. No caso dos presidentes da instituição, 70% deles foram recrutados fora dos quadros do Banco.

Olivieri faz uma análise de redes para verificar que rede social é responsável por selecionar os diretores do BCB, destacando alguns ex-presidentes da república, ex-presidentes do BCB, Ex-Ministros da Fazenda, etc., que detêm maior poder para indicar diretores para o Banco¹¹. O interessante é que podemos concluir que o BCB tem critérios diferentes para o preenchimento das suas diretorias, informação que se perde quando tratamos as diretorias de maneira agregada (Loureiro, 1997; Novelli, 1999). Nós também adotaremos este artifício para analisarmos os diretores do BCB no período dos governos FHC, Lula e Dilma. Essa divisão entre diretorias mais estratégicas para a política econômica global dos governos e diretorias mais periféricas em relação a esse tema permite diagnosticar não só quem é recrutado para o BCB, mas que tipo de pessoa vai para o lugar que importa mais dentro do Banco Central do Brasil.

Contudo, é importante notar que diferentes critérios de recrutamento dos diretores e suas diferentes origens (Estado, mercado, universidades) não são suficientes (embora não sejam indiferentes) para explicar o que faz com que o Banco Central do Brasil favoreça o sistema financeiro com políticas econômicas voltadas para ele. Conforme Novelli,

Minella (1988) mostrou que o BCB praticou políticas favoráveis à centralização e concentração do capital bancário durante o regime ditatorial militar. Os dados agora apresentados mostram que, para praticar tais políticas, não foi necessário que os burocratas e os dirigentes estatais do BCB fossem oriundos deste setor, pois entre os governos Castello Branco e Geisel (1964-79), apenas um diretor do BCB tinha comprovadamente vínculo com o sistema financeiro privado. Basta lembrar que, durante a ditadura militar, nenhum presidente do BCB teve vínculo com esse setor. O BCB não deixou de adotar políticas favoráveis ao sistema financeiro privado mesmo depois da "Nova República", que apresenta uma média de 40% de diretores e 75% dos presidentes com algum vínculo com o sistema financeiro privado, o que não deixa de ser um dado significativo. Deste modo, pode-se concluir que

¹¹ A metodologia de redes sociais é uma poderosa ferramenta para se mensurar o nível de influência de pessoas e organizações sobre a política. Um interessante trabalho que a utiliza para a análise do sistema financeiro é Minella (2007), que preocupa-se com entidades representativas de classe do sistema financeiro na América Latina.

essas políticas independem, portanto, da origem social e profissional dos burocratas e dirigentes estatais (Novelli, 1999, p. 125).

Há, porém, um fator adicional nessa história que são as ideias econômicas professadas pelos diferentes diretores do BCB e refletidas nas principais escolas de pensamento econômico ortodoxo no Brasil. Loureiro (1997) classifica duas escolas como privatistas e próximas aos interesses dos bancos privados que terão importância neste trabalho, a “Fundação Getulio Vargas” (isto é, a Escola de Pós-graduação em Economia, a EPGE, do Rio de Janeiro) e a PUC-Rio.

Em termos de diferenciação das estratégias profissionais, o polo constituído pela EPGE e pela PUC-Rio pode ser denominado ‘privatista’, não só pelo fato de os dois centros serem estabelecimentos de ensino privado, mas sobretudo por valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico. Além disso, também por estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente com bancos, onde são consultores. (Loureiro, 1997, p. 76-77)

Essa lembrança é importante para o presente trabalho para verificar se essas duas instituições centralizam, no setor acadêmico, a fonte de recrutamento para as direções do BCB¹². Na seção seguinte, trataremos dos perfis de recrutamento – do universo total e por tipos de diretorias – analisando desde o setor de origem (setor público, setor privado e academia) até suas formações acadêmicas.

A diretoria do BCB nos governos FHC, Lula e Dilma

As tabelas a seguir apresentam o perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso 1 e 2, Lula 1 e 2 e Dilma 1. Foram considerados para essas análises 39 indivíduos.

Tomando esse grupo como um todo, pode-se dizer que o perfil dominante ou o “diretor-tipo” possui as seguintes características: a quase totalidade deles é homem (37 de 39). As duas mulheres, uma foi nomeada nos governos do PT, outra nos do PSDB. Um terço deles (33%) nasceu no Rio de Janeiro e 41% graduou-se aí: 8 deles na UFRJ e 5 na PUC-Rio. Apenas 3 cursaram a USP. 59% são formados em Economia, 13% em Contabilidade e 10% em Administração. 31 possuem pós-graduação e metade deles possui doutorado (20 indivíduos), majoritariamente em Economia (16), tendo estudado preferencialmente nos EUA: 6 em Berkeley, 2 em Harvard, 2 em Princeton e 2 na Universidade de Illinois e 1 em Stanford. Nesse caso específico, há uma diferença entre os dois partidos: enquanto os doutores do PSDB estudaram todos nos EUA, os do PT estão mais distribuídos: 6 foram para escolas de economia americanas, 5 fizeram seus doutorados no Brasil e 2 na Europa (Oxford e Sorbonne).

¹²A dominância de uma concepção de economia no Brasil nos anos FHC produziu um falso consenso de que existia uma única política econômica a ser implementada. Qualquer alternativa é vista com desconfiança, gerando reações adversas, mesmo antes de implementadas. [...] No atual mundo de liberalização e globalização, a credibilidade de políticas econômicas são asseguradas pela mobilização de poderes políticos e econômicos. Políticas econômicas de caráter neoliberal, ao terem suporte de organismos e capitais internacionais, facilitam o influxo de recursos que criam a credibilidade.” (Crocco & Jayme Jr, 2003, p. 13-4)

A tabela a seguir discrimina os 39 diretores por governo: 21 foram indicados pelo PT em 12 anos e 18 pelo PSDB em 8 anos.

Tabela 2.
Governo no qual o diretor do BCB foi nomeado

	Frequência	Porcentual
Lula 1	10	25,6
FHC 1	9	23,1
FHC 2	9	23,1
Lula 2	6	15,4
Dilma	5	12,8
Total	39	100,0

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil; NUSP/UFPR

O primeiro governo Lula nomeou mais diretores. Isso se deve à troca de Partido na Presidência da República e, conseqüentemente, à troca de comando na presidência do BCB.

O Banco Central Brasileiro já está institucionalizado. Governos diferentes não afetam significativamente o tipo de pessoa que vai pro BC.

Tabela 3.
Tipo de cargo anteriormente ocupado pelo diretor quando foi nomeado, por partido

	Academia	Setor público	Setor privado	Total	
	n	2	8	11	21
PT	%	9,5%	38,1%	52,4%	100,0%
	n	4	7	7	18
PSDB	%	22,2%	38,9%	38,9%	100,0%
Total	n	6	15	18	39
	%	15,4%	38,5%	46,2%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil; NUSP/UFPR

Mas essa institucionalização é diferente, dependendo da diretoria: A diretoria de Política Econômica tem gente que tende a passar pelo setor privado, passa pelo mercado, não passa por cargos burocráticos, tem doutorado, são formados em economia.

Tabela 4.
Tipo de cargo anteriormente ocupado pelo diretor quando nomeado, por tipo de diretoria

		Academia	Setor Público	Setor Privado	Total
	n	1	12	5	18
	Não %	5,6%	66,7%	27,8%	100,0%
Diretoria de política econômica	n	5	3	13	21
	Sim %	23,8%	14,3%	61,9%	100,0%
Total	n	6	15	18	39
	%	15,4%	38,5%	46,2%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil; NUSP/UFPR

Conclusões

Este paper se encaixa na grande área da bibliografia sobre bancos centrais que analisam os seus dirigentes. Para isto foi analisado os diretores que ocuparam cargos destas instituições dentre os anos de 1995 a 2014, de FHC a Dilma. A análise foi de 39 indivíduos que circularam na instituição.

Podemos concluir que há um perfil dominante de diretor do Banco Central do Brasil, ou um “diretor-tipo”, que é, para o período estudado, o de homem, nascido no Rio de Janeiro, graduado nesta cidade e doutor em economia nos EUA.

Com um BCB já institucionalizado, estes perfis não são fortemente diferenciados por distintos governos, tendo o perfil geral permanecido em todos os governos estudados aqui. No entanto, estes se diferenciam por tipo de diretoria, tendo as diretorias de formulação de política econômica uma predominância maior de pessoas vindas do setor privado, em vez de burocratas. Sendo o contrário válido para as diretorias de não-formulação de política econômica. Ou seja, para as diretorias que não são responsáveis por formulação econômica, a presença de burocratas do próprio BCB é predominante.

Referências

- Adolph, Christopher. *Bankers, bureaucrats, and Central Bank politics: the myth of neutrality*. New York, Cambridge Press, 2013.
- Crocco, Marco; Jayme Jr, F. G. Independência e autonomia do Banco Central: mais sobre o debate. *Texto para Discussão do Cedeplar*, nº 199, 2003.
- Carvalho, F. J. C. et. al. *Economia monetária financeira: teoria e política*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

- Kessler, L. C. A. *A influência dos banqueiros na condução da política monetária brasileira durante o regime de alta inflação (1975-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. 263p.
- Loureiro, M. R. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Minella, Ary. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: A rede transassociativa no ano de 2006. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 31-56, jun. 2007.
- Novelli, J. M. N. *Burocracia, dirigentes estatais e ideias econômicas: Um Estudo de Caso Sobre o Banco Central do Brasil (1965 – 1998)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. 223p.
- Olivieri, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 147–168, nov. 2007.
- Posen, A. S. Declarations are not enough: financial sector sources of central banking dependence. In: *NBER Macroeconomics Annual*. Cambridge, The MIT Press, 1995.
- Raposo, Eduardo. *Banco Central do Brasil: o leviatã ibérico: uma interpretação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Hucitec, Editora PUC-Rio, 2011.
- Rua, M. G. A Independência do Banco Central: administrativa ou política? In: Diniz, Eli & Azevedo, Sérgio de (orgs.). *Reforma de Estado e democracia no Brasil*. Brasília, Enap, 1997.
- Saddi, Jairo. *O poder e o cofre: repensando o Banco Central*. São Paulo, Textonovo, 1997.
- Sola, Lourdes; Kugelmas, Eduardo; Whitehead, Laurence. *Banco Central: autoridade política e democratização – um equilíbrio delicado*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.
- “O presidente escolhe, mas a posse depende do Senado”. *Jornal do Senado Federal*. Brasília, 26 de fevereiro de 1999. Ano V, nº 823.

como citar:

Dantas, Eric Gil; Codato, Adriano; Perissinotto, Renato. Perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma. **working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, n. 10, novembro 2014. p. 1-16. ISSN



Copyright© 2014

observatory of social and political elites of brazil

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

working papers series/coleção textos para discussão

editor: Adriano Codato (ufpr)

comitê editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: oelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Working Papers are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to oelites@gmail.com .

ISSN